





RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Protocolo nº: 24.801.750-3

Ref.: Edital de Credenciamento nº 03/2025 - HRG

Recorrente: K.J.R. GESTÃO VIDA E SAÚDE S/A – CNPJ nº 35.157.507/0001-38

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa K.J.R. GESTÃO VIDA E SAÚDE S/A, por intermédio do qual questiona sua inabilitação para os Lotes nº 03 e nº 06 do Edital de Credenciamento nº 03/2025, instaurado para atender à demanda de serviços assistenciais no Hospital Regional de Guaraqueçaba – HRG.

Deste modo, passa a Comissão de Credenciamento, cuja composição fora designada pela Portaria FUNEAS nº 274, de 12 de agosto de 2025, a se manifestar em relação às razões recursais, o que faz de acordo com os fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. DAS RAZÕES DO RECURSO

Sustenta a Recorrente que sua inabilitação decorreu do entendimento de que o Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Enfermagem – COREN não comprovaria o período mínimo de 01 (um) ano de registro exigido no item 19 do edital.

Argumenta, entretanto, que o documento apresentado menciona a data de 12/08/2025 apenas como data de emissão, não representando o marco inicial da inscrição da empresa junto ao referido Conselho de Classe.

Aduz, ainda, que apresentou diversos atestados de capacidade técnica emitidos em períodos anteriores a essa data, inclusive firmados com a própria FUNEAS, demonstrando o efetivo exercício de atividades técnicas compatíveis com o objeto licitado.

Por fim, anexou novo Certificado expedido pelo COREN, no qual consta o deferimento do registro em 28/08/2020 e validade até 27/08/2025, comprovando, assim, que a empresa possui tempo de registro muito superior ao exigido pelo edital.







2. PRELIMINARMENTE - DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

O **item 14** do Edital de Credenciamento nº 03/2025 disciplina detalhadamente o procedimento recursal, senão vejamos:

- **14.1** Da decisão da Comissão de Credenciamento caberá recurso ao qual poderá ser dado efeito suspensivo, limitando-se às questões de habilitação ou inabilitação, considerando exclusivamente a documentação apresentada no ato da inscrição, não sendo considerados os documentos eventualmente anexados na fase recursal.
- **14.2** Os recursos deverão ser entregues, na sede da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná FUNEAS, sito à Rua do Rosário, nº 144, 10º andar, Centro, Curitiba, Paraná, e endereçados à Comissão de Credenciamento, no horário das 8h30 às 12h e das 13h30 às 17h00.
- **14.3** "O prazo para interposição do recurso tratado nesse item será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à lavratura da ata ou após a publicação do ato no Diário Oficial do Estado."

No caso em análise, a Ata da Sessão Pública realizada em 26/09/2025 foi publicada no endereço eletrônico da FUNEAS em **02/10/2025 às 16h36**. O presente recurso foi protocolado pela Recorrente em **06/10/2025**, de modo que se mostra tempestivo, pois interposto dentro dos 05 (cinco) dias úteis previstos no edital.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO

3.1 Da Habilitação da Empresa Recorrente – Complementação de Informação – Documento préexistente

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Comissão de Credenciamento, ao analisar os documentos constantes no envelope entregue pela Recorrente, <u>tão somente cumpriu com seus deveres de observância às regras editalícias</u>.

Isto porque, conforme devidamente exposto na Ata da Sessão Pública, não havia, à época da análise, documento que comprovasse o tempo mínimo de um ano de inscrição da empresa junto ao COREN. Portanto, a Comissão procedeu corretamente à inabilitação da empresa nos lotes relacionados aos serviços de enfermagem, em estrita observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Não obstante, com a interposição do presente recurso, a empresa apresentou documento complementar, do qual se extrai que o registro da pessoa jurídica perante o COREN data de 28/08/2020, portanto anterior em mais de quatro anos à abertura do certame, atendendo integralmente à exigência editalícia.







Em relação ao documento apresentado, faz-se necessário trazer à baila o previsto no artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

 l – complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

 II – atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Da análise do dispositivo, o inciso I admite, expressamente, a <u>complementação</u> de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que tal diligência tenha por finalidade apurar fatos existentes à época da apresentação dos envelopes.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União, ao apreciar o Acórdão nº 1.211/2021 – Plenário, firmou entendimento no sentido de que a vedação à inclusão de novos documentos prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021 não alcança aqueles que, embora apresentados posteriormente, comprovem situação fática já existente à época do certame, conforme o seguinte excerto:

"A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3°, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021, <u>não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro."</u>

(TCU. Acórdão nº 1211/2021. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues. Julgado em 26/05/2021)

Ou seja, não se considera "documento novo" aquele que apenas vem a comprovar condição preexistente, desde que existente à época da abertura do certame.

Em síntese, a aceitação de documento apresentado posteriormente, quando destinado apenas a comprovar situação já existente antes da abertura do certame, não afronta os princípios da isonomia ou da igualdade entre licitantes. Ao revés, impedir a correção de mero equívoco formal, sem permitir à empresa demonstrar que atendia desde o início às exigências editalícias, configuraria excesso de formalismo e desvio do verdadeiro interesse público, privilegiando o rito processual em detrimento do resultado material.







Dessa forma, observa-se que o documento apresentado pela Recorrente se enquadra integralmente na hipótese do art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, porquanto não se trata de documento novo, mas sim de complementação de informação atinente a fato já existente à época da habilitação.

4. DECISÃO

Diante de todo o exposto, e considerando que a empresa K.J.R. GESTÃO VIDA E SAÚDE S/A apresentou documentação complementar que comprova possuir registro ativo junto ao COREN desde 28/08/2020, atendendo integralmente às exigências editalícias relativas ao tempo mínimo de inscrição, e que o referido documento configura mera complementação de informação, nos termos do art. 64, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, por se referir a condição preexistente à data da habilitação, a Comissão de Credenciamento **CONHECE** do recurso interposto, por preencher os requisitos de admissibilidade, e, no mérito, **DÁ-LHE PROVIMENTO**, para reformar a decisão anterior e reconhecer a plena habilitação da Recorrente nos Lotes nº 03 e nº 06 do Edital de Credenciamento nº 03/2025.

Encaminha-se o presente documento para análise e, caso seja esse o entendimento, posterior ratificação pelo Diretor-Presidente da FUNEAS.

Curitiba, 13 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente

ANDRÉ LUÍS MIKILITA MIRA

Membro da Comissão de Credenciamento

assinado eletronicamente

GISELE AP^a DOS SANTOS Membro da Comissão de Credenciamento

assinado eletronicamente

JOSILENE FERNANDES
Presidente da Comissão de Credenciamento





Documento: 99.HRGRecursoKJR.pdf.

Assinatura Avançada realizada por: Andre Luis Mikilita Mira (XXX.419.959-XX) em 13/10/2025 15:04 Local: FUNEAS/CC/COMISSAO, Josilene Fernandes (XXX.739.879-XX) em 13/10/2025 15:35 Local: FUNEAS/CC/COMISSAO, Gisele Aparecida Santos (XXX.331.659-XX) em 13/10/2025 15:36 Local: FUNEAS/CC/COMISSAO.

Inserido ao protocolo **24.801.750-3** por: **Andre Luis Mikilita Mira** em: 13/10/2025 15:03.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual n^{ϱ} 7304/2021.





DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA – FUNEAS Protocolo nº 24.801.750-3 DESPACHO nº 2.514/2025

- I. Trata-se de solicitação de recurso administrativo apresentado pela empresa K.J.R. GESTÃO VIDA E SAÚDE S/A CNPJ N.º 35.157.507/0001-38, em razão da inabilitação na fase de qualificação, referente ao Edital de Credenciamento n.º 003/2025, que visa atender o Hospital Regional de Guaraqueçaba.
- II. Informo ciência quanto a solicitação apresentada.
- III. ACOLHO como relatório o conteúdo das manifestações da Comissão de Credenciamento às fls. retro.
- IV. ACOMPANHO o entendimento exposto pela referida Comissão, adotando como fundamento para a presente decisão.
- V. RATIFICO a decisão da Comissão de Credenciamento.
- VI. PUBLIQUE-SE.

Diretoria da Presidência, 15 de outubro de 2025.

Assinado eletronicamente/digitalmente

GERALDO GENTIL BIESEKDiretor Presidente – FUNEAS





 ${\tt Documento:}\ \textbf{Despacho2514Protocolo24.801.7503DecisaoRecursoCredenciamentoCAPHHRG.pdf}.$

Assinatura Qualificada realizada por: Geraldo Gentil Biesek em 17/10/2025 14:12.

Assinatura Avançada realizada por: Geraldo Gentil Biesek (XXX.399.129-XX) em 17/10/2025 14:11 Local: FUNEAS/DP.

Inserido ao protocolo **24.801.750-3** por: **Jucilene Santos Custódio** em: 15/10/2025 15:34.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual n^{ϱ} 7304/2021.